



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

“QUESTÃO SOCIAL”: entre o conservadorismo e a emancipação humana

NASCIMENTO, Edilaine Pereira do. ¹
SILVA, Ruteléia Cândida de Souza e. ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns aspectos fundamentais da gênese da “questão social”, assim como sua caracterização por dois blocos teóricos: o conservadorismo laico e confessional, e a concepção crítica marxista. A partir dessa revisão foi possível tangenciar os limites que as primeiras visões empreendem ao fenômeno da “questão social”, tratando-a com um caráter reduzido, próprio da naturalização presente nas diversas alternativas de *enfrentamento* de sua expressão mais evidente e crescente: a pobreza. Do mesmo modo que foi possível demonstrar que a superação da “questão social” só poderá ser alcançada fora dos marcos da sociedade capitalista, por meio de uma revolução social conduzida pela classe operária, enquanto classe verdadeiramente revolucionária e capaz de suprimir a exploração do homem pelo homem própria do projeto sociopolítico de dominação burgues.

PALAVRAS-CHAVE: “Questão Social”; Pobreza; Pensamento Conservador; Teoria Social Crítica.

INTRODUÇÃO

A interpretação da “questão social” ainda consiste num grande desafio para os estudiosos que se propõem a analisar tal dimensão e a forma como suas expressões vêm sendo enfrentadas nos marcos dessa sociabilidade capitalista que a funda. Nesse sentido, se faz de fundamental importância compreender as principais caracterizações da “questão social” apreendidas pelos dois principais pensamentos delineados na segunda metade do século XIX, o bloco conservador, com expressão tanto laica como confessional e o polo oposto que analisa a “questão social” sob a perspectiva da crítica marxista e a partir de sua expressão mais imediata, o pauperismo, conforme apresentado por Netto (2009).

A “questão social” aqui apreendida se baseia numa referência de análise marxiana centrada na *lei geral e absoluta de acumulação capitalista*, dessa forma, inscrita nos marcos de contradições e antagonismos próprios do desenvolvimento capitalista que a legitima, como afirma Netto, (2003, p 24). Isso porque, “[...] em si mesma, esta é expressão conservadora. É a designação que o conservantismo do século XIX deu às manifestações das lutas de classes. A expressão não é inocente”.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Discente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Mestrado, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Email: layninhapereira@hotmail.com/edilainepereira@gmail.com

² Doutoranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Email: rute.as@gmail.com.



É submetida a essa visão (conservadora) que a “questão social” será apreendida num esforço de legitimar as contradições que a dão concretude e que a naturaliza, consentindo ao seu tratamento um caráter paliativo, como se fosse possível e solúvel no marco da ordem vigente do capital.

“QUESTÃO SOCIAL”: LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUAS INTERPRETAÇÕES

Em sua fase monopólica, para atender a legitimidade política de suas ações, o capitalismo se vê obrigado a realizar transformações no papel e na funcionalidade do Estado através das ações de caráter democrático que criassem condições de associar o atendimento das reivindicações imediatas da classe operária sem deixar de atender, ou melhor, mantendo incólumes os interesses do capital. Nesse cenário, são tecidas as condições de intervenção do Estado nas sequelas da “questão social” de forma sistemática e contínua, mediante a adoção de políticas sociais que se colocam em cena para a preservação e o controle da força de trabalho (NETTO, 2006).

De fato, a “questão social” se inscreve como um fenômeno intrinsecamente associado ao modo de produção capitalista. Segundo Netto (2009), tal fenômeno decorre do pauperismo registrado na Europa Ocidental, no início do século XIX, resultado do impacto da Revolução Industrial que agudizou ainda mais, na área industrial e urbanizada, os níveis de pobreza numa escala generalizada.

O diferencial dessa pauperização exacerbada é que ela resulta não de uma escassez, mas sim de uma pauperização – que nesse momento se torna o germe das reivindicações do movimento operário – resultado da relação entre capital e trabalho que, contraditoriamente, impõe uma dinâmica que determina que a presença de trabalhadores se apresente em níveis superiores ao que esse modo de produção necessita para a expansão do capital (MARX, 2013). Isso porque, na sociedade burguesa, na mesma escala em que se produz a riqueza social, também se reproduz, de forma exponencial, o pauperismo. Enquanto nas sociedades pré-capitalistas se constituía como pobreza absoluta, agora, a pauperização acentuada que dá o mote às lutas sociais de que estamos falando deriva da relação entre capital e trabalho, regida por uma lei específica que impõe uma dinâmica em que a oferta de trabalhadores “livres” sempre se apresenta em níveis superiores às necessidades médias de expansão do capital (MARX, 2013).

Decorrente dessa crescente onda de pauperização, surge na segunda metade do século XIX, linhas de pensamento, cuja interpretação e posicionamento teórico-político



nortearam o enfrentamento dessa “questão social”, baseadas no pensamento conservador laico e confessional. O direcionamento laico se funda nas ideias de Émile Durkheim, que em sua mais significativa obra, *A divisão do trabalho social*, apresenta as considerações em que afirma que a sociedade ao se constituir, desenvolve-se a partir da divisão do trabalho que concebe aqueles que comandam e aqueles que obedecem. Portanto, qualquer tentativa de alterar este quadro – entre quem governa e quem é governado, ou seja, do que é natural à sociedade –, é considerada uma disfunção que ataca a coesão social e deve ser reprimido pela força da polícia, ou seja, pela coerção do Estado (NETTO, 2009). O pensamento confessional, por sua vez, não se distancia dessa direção e, materializado na doutrina social da Igreja Católica, também naturaliza as desigualdades sociais ao defender que há um vínculo orgânico entre os que são superiores e os que são inferiores na sociedade.

Tais direcionamentos defendem a tese de que a “questão social” tem uma natureza moral e que pode ser enfrentada nos marcos da sociedade vigente (NETTO, 2009). Tanto assim, que nesse momento as ações desenvolvidas pela burguesia para enfrentar o pauperismo absoluto e relativo se limita as práticas de assistência social realizada pelas paróquias que eram obrigadas a prestar socorro aos pobres. Nesse sentido, “o combate à pobreza das massas populares era, assim, reduzido a questões assistencialistas e administrativas, passando ao largo da raiz do problema – a propriedade privada e a produção da mais-valia [...]” (CASTELO, 2010, p. 91).

Segundo Castelo (2010), Marx já demonstrava o caráter limitado da burguesia ao escrever *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*, de um Prussiano, em 1844. Nesse trabalho, o teórico alemão critica a visão do prussiano Ruge que afirmava faltar aos alemães um intelecto político que, diante da revolta dos tecelões da Silésia, enfrentava os males sociais apenas por meio da assistência e da repressão. Tal compreensão, para Marx, fundamenta-se pela limitação que é próprio do intelecto político da classe burguesa.

Partindo desse caráter, as ações de *enfrentamento* da “questão social”, sobretudo, sob a influência do pensamento laico e confessional, tornam-se cada vez mais restritas, limitadas a interpretações que a apresentam – a “questão social” – como um fenômeno cujas demandas podem ser atendidas por um caráter reformador, com adoção de medidas pontuais e emergenciais que apenas reduzem os impactos decorrentes da contradição entre capital e trabalho e legitimam a manutenção e defesa da ordem burguesa vigente. Defendem, a partir



dessa lógica, que “[...] somente sua exacerbação contraria a vontade divina [reforçando a emblemática lição de Leão XIII, de 1891]” (NETTO, 2001, p. 44).

Enquanto o pensamento laico baseado no programa e no pensamento de Durkheim naturaliza as desigualdades sociais, mediante a defesa de que o tratamento dessas deve se realizar através da indução da solidariedade orgânica e integração social, o pensamento confessional, que também naturaliza o que está na base da “questão social”, aposta na ideia do espírito cristão, defendendo, a qualquer custo, as ações de viés caritativo/assistencialista. No entanto, em ambos os casos, o componente principal a ser trabalhado é a moral. No caso durkhamiano, essa moral é simbolizada pelo aspecto da educação, enquanto que na doutrina social da Igreja Católica, a moral se vê inscrita na evangelização católica. Nessa perspectiva, há a adoção de mecanismos que “amenizam” o sofrimento da população empobrecida com a apropriação privada da riqueza social pelo capitalismo (NETTO, 2009; 2010).

Sob esse olhar, a “questão social” se reduz a um caráter moralizador que, em momento algum, questiona os fundamentos econômicos e políticos da sociedade burguesa. Com o direcionamento positivista, o que se tem é o fortalecimento dos ideais burgueses que desassocia qualquer relação entre o econômico e o social, reforçando a concepção que separa essas duas questões, dando a elas um caráter distinto, como se o desenvolvimento capitalista não tivesse nenhuma relação com a “questão social” e a exacerbação do pauperismo, desarticulando as possibilidades de superação e transformação social (NETTO, 2001).

Diante desses argumentos, a “questão social” passa a ser interpretada como um fenômeno isolado e natural, condição essa produzida pelo próprio sujeito e pelas limitações culturais que apresenta, e que, portanto, as melhorias de vida dependem de sua escolha individual, cujos pressupostos se vinculam à ação segmentada das organizações de caridade e filantropia, de cunho moralizador, educativo e comportamental no tratamento às manifestações da “questão social”.

É por tais interpretações, que Marx, já na década de 1850, vai tratar não de uma “questão social”, mas de uma “questão operária”. Essa substituição decorre de o fato do pensador, assim como seu amigo Friedrich Engels, considerar que o primeiro termo está relacionado ao “[...] momento de ocaso do pensamento burguês e mistificação da realidade contraditória do capitalismo [...], [por isso, o] abandonaram tão rápido quanto [o empregaram]” (CASTELO, 2010, p. 92).



Tanto Marx como Engels relacionam essa mistificação com o momento em que a burguesia abandona seu caráter crítico-revolucionário, dado o avanço das lutas operárias, alçando uma racionalidade que fetichiza e fraciona a realidade, num momento histórico e específico, nominado por Lukács (1968) de período de decadência ideológica. Trata-se de um momento em que a burguesia abandona seu caráter revolucionário Netto (1998), não propondo outra possibilidade social que não seja a lógica advinda da valorização e acumulação do capital, sendo possível alcançar, no máximo, a emancipação política e a criação da figura do “cidadão”. Isso porque, a dimensão originária da emancipação humana só faz sentido para um outro sujeito histórico: o proletariado, que emerge em meio ao movimento de luta de 1848.

Todavia, essa problemática não foi abandonada por esses pensadores, ao contrário, tornou-se uma constante em seus estudos, sobretudo, nas obras da crítica da economia política (CASTELO, 2010), cuja construção teórica possibilitou compreender que a “questão social” se vincula intrinsecamente à *lei geral e absoluta da acumulação capitalista*, “[...] que responde pela dinâmica da produção potenciada de riqueza social simultânea e necessariamente acompanhada pela produção de pauperização relativa (e, às vezes, não necessariamente, absoluta) [...]” (NETTO, 2003, p. 25).

Quando realiza a substituição da expressão “social” pela “operária”, Marx propõe realizar um tratamento teórico da “questão social” diferenciado das matizes conservadoras anteriormente destacadas, a fim de evidenciar o fato de que tal fenômeno resulta da “[...] exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação” (CASTELO, 2010, p. 93).

O que Marx quer evidenciar é que esse fenômeno resulta das condições impostas pela dinâmica da produção potenciada de riqueza social e que, desde o início do século XIX, depara-se como a mobilização da classe operária que passa a se reconhecer como ator político e revolucionário, reivindicando seu protagonismo como classe pelo empresariado e pelo Estado, além de buscar o atendimento das demandas imediatas dessa “questão”, refletidas nas expressões da pobreza, da miséria, precariedade das condições de trabalho, habitação, saúde, dentre outras (BRANCO, 2006).

Estamos falando de um momento que diante do aumento exponenciado da exploração do trabalho pelo capital, vanguardas operárias alcançam, no seu processo de luta, a



consciência política de que o conjunto problemático designado de “questão social” está necessariamente associado à sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001).

E será por meio das pressões advindas da mobilização dos trabalhadores em torno de questões políticas com um viés classista, que desde o final do século XIX surgem as primeiras legislações e medidas de proteção social, a exemplo das medidas adotadas na Inglaterra e Alemanha, após um caloroso debate entre liberais e reformadores sociais humanistas, com o fito de desarticular a expansão de movimentos socialistas que estavam “atrapalhando” o processo de industrialização (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Desde então, embora a perspectiva individualizante – moral, apolítica e comportamental – mantenha-se intocada, a classe burguesa e o Estado se veem obrigados a adotar novas medidas – ainda que paliativas – no *enfrentamento* à “questão social” ou à *questão operária*, nos termos de Marx. Como subterfúgio, os conservadores burgueses, cada vez mais, tentam ocultar a existência da luta de classes e qualquer possibilidade concreta de revolução proletária, com adoção de medidas que atribuam não apenas uma conotação supostamente neutra à *questão operária*, mas que também sejam capazes de minimizar os efeitos deletérios da acumulação e da exploração capitalistas (NETTO, 2001; BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Agindo assim, os conservadores burgueses procuram ocultar que tais medidas não são meras concessões burguesa e que, ao contrário disso, representam conquistas da luta da classe operária. Como resultado, busca socializar o ônus da crise por meio do consenso e consentimento dos trabalhadores, por meio de uma cultura formadora da hegemonia do grande capital e protagonista do consentimento ativo dos trabalhadores e capaz de construir uma visão socializadora da crise e estruturar campos de lutas, compor frentes consensuais de intervenção e articular espaços de alianças (MOTA, 2005).

Ajustada aos interesses do grande capital, essa cultura hipoteca à sociedade e às políticas de “enfrentamento” à pobreza, apresentam-se como solução para o pauperismo, ao mesmo tempo em que as novas conceituações de “questão social” e das políticas de seguridade social se transformam em elementos-chave para “[...] esgarçar qualquer tentativa de vinculação entre pobreza e acumulação de riqueza [...]” (MOTA, 2008, p.143).

Tem-se a partir daí o fortalecimento de componentes ideológicos, de viés conservador, que favorecem a livre acumulação e contribuem para difundir o discurso em torno de um possível consenso entre as classes, com o claro objetivo de ocultar qualquer questionamento



sobre esse modo de produzir, bem como desarticular qualquer movimento que se mobilize em prol de uma nova ordem, atribuindo-lhe um caráter utópico, intangível.

Para superar essa perspectiva de análise e explicitar o significado social dessa dinâmica – que se perpetua de ontem até hoje –, torna-se necessário um movimento de superação dos pressupostos conservadores liberais, mediante uma análise pormenorizada da apropriação privada da riqueza socialmente produzida e, por consequência, às desigualdades e múltiplas expressões da “questão social”.

Tal movimento, exige a correta apropriação da bússola teórica e metodológica formulada por Marx, uma vez que sua análise, “[...] fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especificamente, situar com radicalidade histórica a ‘questão social’, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa” (NETTO, 2001, p.157).

Permite, dessa maneira, desvelar o caráter fragmentado e parcial da intervenção do Estado no enfrentamento às expressões da “questão social”, que, por meio das políticas sociais, dissimula seu caráter processual, atribuindo às condições de desemprego, fome, pobreza, carência habitacional, dentre outras expressões, justificativas individuais, totalmente alheias às relações sociais de propriedade e produção, que geram um modo particular de exploração do trabalho pela classe burguesa.

Considerações finais

A partir das considerações apresentadas sobre as interpretações da “questão social”, é possível tangenciar os limites que o pensamento conservador atribui ao fenômeno da “questão social”, tratando-a com um caráter reduzido, próprio da naturalização presente nas diversas alternativas de “enfrentamento” de sua expressão mais evidente e crescente: a pobreza. Nessa forma de pensamento, a “[...] ‘questão social’ pode ser enfrentada nos marcos da sociedade vigente, seja com planejamento, seja com racionalidade na gestão pública, na alocação de recursos, no cuidado com os investimentos [...] desde que essas reformas não toquem nos fundamentos econômicos desta ordem” (NETTO, 2009, p. 220).

Trata-se de uma forma apropriação alicerçada em um caráter a-histórico e *deseconomizado*, muito distante da análise marxiana, que apreende a “questão social” como



resultante da exploração do trabalho assalariado pelo capital, exploração essa impensável se também desconexa das lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e, por consequência, contra todas as suas formas de exploração, opressão e dominação.

De acordo com o pensamento conservador, as estratégias para seu *enfrentamento* são desenvolvidas por um Estado regulador que vai buscar nada além de amenizar os seus impactos imediatos. Nega-se, por meio desse discurso, até a mesmo a capacidade revolucionária que tem a classe trabalhadora de reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, ainda que nos marcos dessa ordem vigente. Como também nega sua presença como ator político, como classe verdadeiramente revolucionária, capaz de suprimir a exploração do homem pelo homem – própria do projeto sociopolítico de dominação burguesa –, por meio de uma revolução social, nos termos de Marx (2011).

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRANCO, Rodrigo Castelo. A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. 2006. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Escola de Serviço Social. – ESS. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. In: **Revista Praia Vermelha**. v. 20, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, jan-jun/2010, p. 85-94.

MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano. In: **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina: UEL, fev./2011, p. 142-155. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9501/6925>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.



NETTO, José Paulo. **Prólogo**. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis**. ano 2, n. 4. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2001, p. 41-49.

NETTO, José Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. (Orgs) **Estado e políticas sociais**: Brasil. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: **Revista Temporalis**. ano 9, n. 18. Brasília (DF): UnB, jul./dez. 2009, p. 213-231.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).